

CONFERÊNCIA:

A(S) PROBLEMÁTICA(S) DA NATALIDADE EM PORTUGAL: UMA QUESTÃO SOCIAL, ECONÓMICA E POLÍTICA

15 e 16 de janeiro de 2015

Auditório Instituto de Ciências Sociais
Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa

Sessão de encerramento: As problemáticas da natalidade: ideias e desafios

Conclusões da Conferência

“A(s) problemática(s) da Natalidade - Uma Questão social, económica e política”

Rodrigo Rosa, ICS-ULisboa

Catarina Lorga, ICS-ULisboa

Incumbidos de relatar as principais ideias discutidas ao longo dos diversos debates que tiveram lugar nesta conferência sobre as problemáticas da natalidade em Portugal, procuramos agora identificar, em jeito de síntese e conclusão, os desafios que este encontro proporcionou. Queríamos, antes de mais, felicitar todos os que organizaram esta conferência e aqueles que nela participaram, contribuindo com a apresentação dos resultados dos seus trabalhos de investigação ou com intervenções nas diversas discussões em torno das diferentes problemáticas da natalidade.

Tal como era o seu objectivo, esta conferência não se circunscreveu apenas à apresentação de dados científicos e objectivos sobre a natalidade. Este encontro proporcionou igualmente o debate interdisciplinar - reunindo especialistas de diferentes áreas das ciências sociais (desde a sociologia e a demografia à geografia), da medicina ou do direito -, bem como um profícuo e importante confronto entre as posições de diversas organizações e associações que representam os cidadãos e os seus interesses, valores e preocupações no que respeita à natalidade, à fecundidade ou, de um modo mais geral, à vida familiar. Ao longo das sete sessões que deram corpo a esta conferência, assistimos a diferentes exercícios de reflexão com base nas diversas temáticas associadas ao problema da natalidade em Portugal.

Na **primeira sessão**, procurou-se delinear as problemáticas da natalidade. Insistiu-se na necessidade de uma incessante desconstrução dos discursos ideológicos que associam a baixa natalidade à ideia de “suicídio demográfico”, e alertou-se para o necessário exercício de interpretação dos números e dos resultados estatísticos que, pela sua natureza, não podem, falar por si. Embora a preocupação com a baixa fertilidade seja muitas vezes empolada nos discursos de diferentes actores sociais e políticos, argumentou-se que, em lugar da promoção da natalidade, o objectivo das políticas de família deve ser o estabelecimento das condições necessárias ao apoio dos indivíduos e das famílias no exercício do seu “direito à concepção”, para utilizar as palavras de Mário Leston Bandeira. Esse apoio é fundamental, atendendo, sobretudo, à importância que a incerteza assume neste processo, incerteza essa hoje particularmente saliente entre as famílias que, depois de anos pautados por progressos educativos, questionam o projecto educacional dos filhos.

Na **segunda sessão**, foram apresentadas as linhas de evolução da natalidade em Portugal e escrutinados os factores subjacentes ao declínio acentuado que esta tem vindo a testemunhar, reflectindo-se em particular sobre as consequências do progressivo adiamento do 1º filho num país onde as mulheres têm, em média, apenas esse filho; num país onde os segundos nascimentos explicam grande parte (60%) do declínio da fertilidade observado desde 1991; num país que revela variações geográficas do próprio índice de fecundidade, assumindo ainda valores mais baixos na faixa interior do Norte e Centro de Portugal continental e na Região Autónoma da Madeira; e enfim, num país onde as dificuldades de avançar para um segundo filho se prendem com diferentes razões apontadas pelos casais, de entre as quais se destacam as preocupações económicas e os elevados custos da educação, a relativização da

parentalidade enquanto objectivo de vida, a discordância entre parceiros no que toca à decisão de ter filhos, o receio de que um filho possa vir perturbar a intimidade do casal, ou tão-somente problemas de fertilidade. Sublinhou-se então que as medidas políticas que se pretendam eficazes na criação de um ambiente favorável à decisão de fecundidade dos casais deverão, sobretudo, ter conta aqueles que ainda pretendem procriar. E porque estes são constituídos por mulheres e homens, também se reconheceu que a demografia – que recorre a indicadores tradicionais recolhidos para as mulheres – deve também contemplar os padrões reprodutivos dos últimos. De resto, alertou-se que, se não se observam diferenças importantes entre as intenções dos homens e das mulheres, há, no entanto, assinaláveis desencontros nos respectivos calendários.

Na **terceira sessão**, já no âmbito da relação entre natalidade e saúde reprodutiva, interpelou-se inicialmente os argumentos ideológicos que associam o declínio da natalidade ao uso de métodos de contraceção e ao aborto, práticas que, na realidade, constituem menos a explicação dessa queda do que a expressão do desejo de limitar os nascimentos e de reduzir a dimensão das famílias, expressão essa que se desenvolve num contexto de liberdade de escolha e direito dos indivíduos quer ao controlo da natalidade, quer às condições para ter os filhos que se deseja. Abordou-se o problema da infertilidade dos casais numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, não apenas numa perspectiva médica, mas procurando-se também caracterizar e debater o enquadramento sociocultural e jurídico destas situações particularmente difíceis para aqueles cuja oportunidade de verem concretizado o desejo de ser pais não adoptivos está nas mãos da medicina, através da procriação medicamente assistida. Neste debate, houve ainda a oportunidade para reflectir e debater dois importantes aspectos. Em primeiro lugar, se por um lado houve um esforço para capacitar os indivíduos em termos contraceptivos, por outro, quando estes são confrontados com uma situação de infertilidade, deparam-se com um universo estranho, dada a ausência de recursos cognitivos fundamentais ao exercício de uma escolha esclarecida. Trata-se de um problema de iliteracia no que toca à relação entre idade e concepção que urge pôr cobro através da circulação de informação, para que os casais possam tomar decisões verdadeiramente capacitadas no que à procriação diz respeito. Em segundo lugar, o desfasamento da legislação especificamente dirigida à procriação medicamente assistida e os comportamentos de adiamento dos filhos. Esse desfasamento - entre, por um lado, a estrutura legal e tudo o que está previsto para apoiar a fertilidade e, por outro, os comportamentos daqueles que, cada vez mais, vão ter filhos a partir dos 38, 39, 40 anos de idade – representa, afinal, mais uma variável a ser levada em linha de conta na análise dos comportamentos reprodutivos dos casais.

Na **quarta sessão**, procurou-se avaliar o impacto das políticas de família sobre as tendências de fertilidade na Europa e em Portugal, observando-se que todas estão correlacionadas positivamente com a natalidade, apesar das variações observadas entre os diversos contextos nacionais. Por exemplo, a licença parental tem menor impacto nos países onde os serviços de cuidados à criança são praticamente inexistentes. Estes resultados comparativos vêm corroborar a noção de que as políticas de família são instrumentos fundamentais no apoio aos casais na articulação trabalho-família, o que deve ser particularmente recordado no actual cenário de ausência de uma estratégia política no que à conciliação trabalho-família diz respeito, bem como de redução de muitos dos apoios que até há alguns anos tinham sido promovidos. Este recente panorama de agravamento das condições de vida das famílias caracteriza-se: pela redução progressiva do apoio económico às famílias; pelo aumento da carga fiscal, nomeadamente no caso das famílias com dependentes menores de idade; e pela simples manutenção dos apoios existentes no âmbito dos subsídios parentais. Este cenário resulta de decisões políticas num contexto de crise económica onde não apenas se alargam e aprofundam as situações de pobreza, afectam particularmente determinadas configurações familiares (as famílias monoparentais, por exemplo) e, em última instância, o presente e, particularmente, o futuro das crianças. Entre os efeitos da crise na articulação trabalho-família e, portanto, nas condições dos casais para delinear estratégias de procriação, recordou-se a intensificação do trabalho doméstico e a intensificação da discriminação no local de trabalho. Foi assim evocado o exemplo da Islândia, país que, mesmo num

cenário de crise, não deixou de apostar numa política de licenças parentais transferíveis entre cônjuges, tendo essa aposta contribuído para um crescimento da natalidade. Mas se as políticas sociais são fundamentais, pode questionar-se se estas são suficientes para contrariar a queda da natalidade, sobretudo junto dos meios mais desfavorecidos, numa conjuntura de desinvestimento na formação dos adultos pouco qualificados, tal como demonstra a recente extinção dos Centros de Novas Oportunidades.

Na quinta sessão, reflectiu-se sobre a relação entre natalidade e conciliação trabalho-família, procurando-se em particular avaliar o peso das condições laborais e organizacionais. Com efeito, é colateral ao cenário de crise económica a degradação das condições laborais, a vulnerabilidade laboral (crescendo, particularmente, os casais em que ambos os cônjuges estão desempregados), a segregação sexual e constrangimentos inerentes a uma organização do trabalho que combina a adopção de um modelo japonês de “produção ajustada” - *Lean* - e uma herança cultural autoritária, traduzindo-se numa gestão implacável e instrumentalista. Foi sublinhada a importância de assumir a relação entre natalidade e articulação trabalho-família para uma verdadeira política de conciliação, recordando-se, no entanto, o desconhecimento de grande parte dos indivíduos no que respeita à conciliação trabalho-família enquanto direito fundamental estabelecido na Constituição. Este défice no plano do exercício da cidadania – a defesa do direito à conciliação trabalho-família - tem na sua génese a mesma razão das dificuldades relacionadas com a fertilidade (observadas na terceira sessão) com que os casais que adiam o nascimento se deparam: uma iliteracia que importa erradicar. Demonstração deste défice de cidadania constitui a ausência desse direito na negociação colectiva, que se acrescenta, assim, à própria resistência que as entidades patronais muitas vezes erguem ao exercício desse direito. Sublinhou-se que a administração pública deve dar o exemplo, embora - sendo possível ter flexibilidade de horários no sector público – o Estado não tenha ainda dado provas de boas práticas no sentido da conciliação trabalho-família. Por outro lado, insiste-se na necessidade de um acordo interpartidário no sentido de uma verdadeira política de conciliação trabalho-família, que tem, forçosamente, apenas efeitos no longo prazo. Diversos exemplos foram avançados: trazer a conciliação trabalho-família para a negociação colectiva; introduzir as devidas alterações ao código de trabalho; dotar de poderes inspectivos um organismo como a Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego, criando a confiança dos cidadãos no sentido da reivindicação dos seus direitos; penalizar a não renovação contratual por motivos de gravidez através de um agravamento das respectivas indemnizações; flexibilizar a parentalidade, acentuando a obrigatoriedade no caso dos homens; introduzir benefícios fiscais para as empresas que promovam a conciliação trabalho-família, etc. Foi ainda salientada a importância de identificar as empresas que demonstram más práticas, através da denúncia em associações que assegurem o anonimato. Reconheceu-se, no entanto, que os baixos níveis de associativismo em Portugal são também um sinal do défice de cidadania que se observa na hesitação em reclamar o próprio direito à conciliação trabalho-família. Assinalou-se, por outro lado, o problema do modelo de gestão empresarial, fundamentalmente caracterizado: pela predominância de um paradigma autoritário; pela resistência à formação; e sobretudo pelo autoritarismo ao nível das chefias intermédias, autoritarismo esse hoje ainda saliente e inalterado. Insistiu-se na ineficácia da formação aos empresários quando persistem as atitudes das chefias intermédias, demonstrando um efeito Pigmalião, que mais não é do que a expressão da lógica de dominação de classe, que aqui se articula particularmente com a dominação masculina, ou não fosse a observada resistência que muitas profissionais fazem à entrada nos círculos de poder - sobretudo dominados por práticas associadas aos homens – uma forma de reproduzirem os comportamentos incorporados atribuídos à condição de dominadas. Importa observar que a reivindicação dos direitos à conciliação trabalho-família encontra razões, não só no défice de informação, mas também na própria lógica de dominação de género. Recordou-se, ainda nesta sessão, a ausência de uma estratégia política nacional de apoio à conciliação trabalho-família, ausência essa unicamente contrariada por algumas iniciativas desenvolvidas a nível local e regional, dinamizadas por Câmaras Municipais e por Juntas de Freguesia.

A **sexta sessão** constituiu-se como espaço de debate em torno do relatório “Para um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade”. Deste espaço destinado à crítica retém-se o seguinte conjunto de comentários. No que respeita aos aspectos positivos observados, elogiou-se o relatório na sua estrutura e nas propostas concretas que enuncia. Destacou-se: a importância de apresentar no espaço público um conjunto de propostas sobre a natalidade; a relevância da apresentação de alguns aspectos essenciais para a análise (tal como, por exemplo, as boas práticas empresariais); a importância do compromisso político em torno do tema (proposta para cinco legislaturas); a necessidade de políticas integradas, sublinhando-se que a crise do estado social não se combate com a natalidade, e referindo-se que este é um compromisso de longa duração; e, ainda, a pertinência das propostas de flexibilização de horário na função pública.

No que respeita aos aspectos menos positivos observados, criticou-se: a falta de clarificação de cada medida proposta; duas omissões (a imigração, ausente de qualquer medida proposta; os conteúdos curriculares, apesar do papel da escola, através dos seus programas, na igualdade de género); a ideia de que a natalidade contraria o envelhecimento e constitui, assim, a salvaguarda da segurança social; a ausência da diversidade da vida familiar (a família tradicional - casal heterossexual com filhos – representa apenas um terço das famílias), questionando-se se não é um obstáculo à natalidade limitá-la a um tipo de família; uma concepção de Estado que o investe, indevidamente, de uma moral no que respeita, por exemplo, à procriação medicamente assistida; uma concepção de justiça fiscal que melhora unicamente as condições da classe média, enquanto muitas famílias não têm IRS; a apresentação de políticas públicas desenhadas sem articulação entre si; propostas de políticas públicas pouco pensadas em função da igualdade de género, quando apenas num quadro social de igualdade entre homens e mulheres é que a natalidade terá condições de crescer de forma sustentada; a indefinição no que respeita aos actores que, em concreto, serão alvo dessas políticas, bem como a ausência de um eixo de apoio económico às famílias. Estas críticas foram avançadas tendo, sobretudo, em linha de conta a necessidade de criar um compromisso político. Recordou-se que, se a importância da natalidade parece consensual, já as medidas políticas podem, na realidade, ter um impacto muito diferente do ponto de vista das famílias, pois tais políticas nunca são neutras. De resto, criticou-se ainda quer a ausência de recomendações no sentido de uma redução do tempo de trabalho, quer a aposta no trabalho a tempo parcial, que, apesar de constituir uma medida numa perspectiva da activação do emprego, representa uma ruptura com as políticas das últimas décadas, correndo-se o risco de se limitar a uma medida transitória, ao contrário do que poderia suceder se fossem retomadas ou mais desenvolvidas as medidas já implementadas.

Os autores do relatório procuraram rebater a críticas tecidas. Entre os diversos argumentos avançados, destacamos: a aceitação positiva por parte dos parceiros sociais e partidos políticos; a exclusão de algumas propostas (por exemplo, a imigração ou os currículos escolares), por estas poderem assumir demasiado relevo e transformar-se indevidamente no centro da questão, quando constituem, simplesmente, uma parte da questão; o argumento de que a natalidade não é entendida no relatório enquanto solução para o Estado Social, considerando-se a enorme dificuldade, por razões ideológicas, de introdução da discussão sobre a sustentabilidade do Estado Social no debate público; o reconhecimento da concepção tradicional de família e, simultaneamente, a recusa de qualquer intenção no sentido de excluir outros tipos de família; e, por fim, o reforço da posição no que respeita às propostas de justiça fiscal, sem contudo deixar de se reconhecer os seus “efeitos perversos”.

Por fim, a **sétima sessão** proporcionou às representantes dos diferentes partidos com assento na Assembleia da República a apresentação das posições no que respeita ao declínio da natalidade que caracteriza o Portugal contemporâneo. No que respeita aos partidos que formam o actual Governo, enquanto a representante do PSD destacou a reforma do IRS na promoção da natalidade, através do apoio às famílias numerosas, a representante do CDS-PP propôs não apenas a obrigatoriedade do pré-escolar como medida de apoio à conciliação nas famílias com filhos a partir dos três anos, mas também

o maior apoio no que respeita ao acesso aos manuais e aos transportes escolares. Já as deputadas dos partidos da Oposição sublinharam os problemas a nível da actuação do Governo no que à baixa natalidade diz respeito. Assim, a representante do PS criticou a aposta no trabalho a tempo parcial como incentivo da natalidade, considerando que deve ser o Estado, através de políticas públicas de família, a apoiar os casais no sentido da conciliação trabalho-família, em lugar de medidas que sobretudo contribuem para um retrocesso no caminho rumo à igualdade entre homens e mulheres. Por sua vez, tanto a representante do PCP quanto a deputada do PEV salientaram o contributo das medidas de austeridade do Governo na queda da natalidade, contrapondo que a inversão desta tendência tem subjacente o combate ao desemprego, ao emprego precário e aos baixos salários. Por fim, embora tenham rebatido as críticas avançadas pela Oposição, insistindo particularmente no declínio da natalidade enquanto tendência que antecede a crise económica, as representantes dos partidos do Governo presentes nesta última sessão reconheceram que o conjunto de “equipamentos sociais” destinados a apoiar os casais com filhos na articulação entre a vida profissional e vida familiar permanece aquém do que consideram mais ajustado à realidade do país.